

“Lá ficava a minha casa”: a configuração social de crianças em processos de reassentamento na borda norte da cidade de Curitiba*

Avelaine do Rocio Mielniczki Fonseca

Valéria Milena Rohrich Ferreira

Resumo

Pesquisa qualitativa realizada durante um ano, com visitação ao bairro de moradia anterior e ao atual – um conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida. Nas conversas, as crianças e seus familiares informaram que mudaram de residência devido a processos movidos pela Companhia de Habitação Popular (Cohab), de Curitiba, pois aquelas áreas passavam por contextos de gentrificação, isto é, valorização imobiliária. Nos bairros antigos, as crianças haviam constituído uma rede sólida de amigos e parentes, conheciam os espaços com possibilidades seguras para brincadeiras e com infraestrutura razoável. No conjunto habitacional, geograficamente muito longe do centro da cidade e do centro do próprio bairro, existe pouca infraestrutura, e, além disso, também estão presentes os mesmos problemas (ou até maiores) relacionados ao tráfico de drogas, evidenciando regiões de medo para as crianças, em comparação com as moradias anteriores. Isso indica que as políticas da cidade apenas arrastaram a situação para a borda, tornando os bairros gentrificados mais seguros e bem equipados, enquanto ignoraram as necessidades dos moradores e, principalmente, das crianças, no novo bairro.

Palavras-chave: conjunto habitacional; crianças; periferia urbana; reassentamento; Curitiba.

* Artigo baseado na dissertação de mestrado *Infâncias aqui e lá: configurações sociais de crianças reassentadas na periferia de Curitiba* (Fonseca, 2019).

Abstract

"There was my house": the social configuration of children in resettlement process on the northern edge of the city of Curitiba

A qualitative research involving visitations to the previous and current neighborhood – a housing estate from the My House, My Life program – over the span of a year. In these conversations, both the children and their parents informed that they relocated due to lawsuits filed by Curitiba's Popular Housing Company (Cohab), since those areas were in a context of gentrification, namely, real estate appreciation. In their previous neighborhoods, children had already established a solid network of friends and relatives, were cognizant of safe locations with reasonable infrastructure to play. The current neighborhood, geographically removed from the city center and the center of the neighborhood itself, has poor infrastructure and, furthermore, displays the same (or perhaps even greater) issues, mainly related to drug trafficking, bringing concerns to the children, compared with their previous residences. This indicates that the city's policies only shift these problems to the city's edges, by making gentrified neighborhoods safer and better equipped, while ignoring the needs of residents, especially children, in the new neighborhood.

Keywords: housing estate; children; urban periphery; resettlement; Curitiba.

Resumen

"Allí estaba mi casa": la configuración social de los niños en los procesos de reasentamiento en el extremo norte de la ciudad de Curitiba

Investigación cualitativa realizada durante un año, con visitas al barrio de vivienda anterior y actual – un proyecto de vivienda del programa Minha Casa, Minha Vida. En las conversaciones, los niños y sus familias informaron que cambiaron de residencia debido a demandas presentadas por la Companhia de Habitação Popular (COHAB), de Curitiba, ya que esas áreas pasaron por contextos de gentrificación, es decir, apreciación inmobiliaria. En los barrios antiguos, los niños habían formado una sólida red de amigos y familiares, conocían los espacios con posibilidades seguras de juego y con infraestructura razonable. En el complejo habitacional, geográficamente muy alejado del centro de la ciudad y del propio centro del barrio, hay poca infraestructura, y, además, también están presentes los mismos (o incluso mayores) problemas relacionados con el narcotráfico, mostrando regiones de miedo para los niños, en comparación con las viviendas anteriores. Esto indica que las políticas de la ciudad solo han llevado la situación al límite, haciendo que los vecindarios aburguesados sean más seguros y estén mejor equipados, al tiempo que ignoran las necesidades de los residentes, y especialmente de los niños, en el nuevo vecindario.

Palabras clave: complejo habitacional; infancia; periferia urbana; reasentamiento; Curitiba.

Introdução

A relação entre criança e cidade vem sendo tema de várias pesquisas ao longo das últimas décadas. Considerando os diversos campos que têm estudado as desigualdades sociais na cidade – sociologia urbana, geografia, urbanismo etc. –, o campo da educação tem se colocado no sentido de analisar de que modo crianças, jovens, adultos e idosos são afetados por essas desigualdades e como agem em tais circunstâncias. Na pesquisa sobre as configurações sociais de crianças em processos de reassentamento urbano, em um conjunto de habitação popular na borda norte da cidade de Curitiba, valorizou-se o ponto de vista das crianças para verificar como elas percebem a mudança de moradia e seu posicionamento nesse contexto.

Para tal, parte-se do construto teórico-metodológico das “configurações sociais” (ou “figurações sociais”) desenvolvido por Elias (1994), uma solução encontrada pelo autor para, nas análises sociais, não separar indivíduo e sociedade. De acordo com Elias, todo indivíduo – inclusive as crianças – está sempre em relação com outros, sendo uma configuração, portanto, composta por redes de indivíduos interdependentes. E, ao mesmo tempo que uma pessoa é tensionada pela configuração na qual está, ela atua, decide e produz a sua própria rede em meio a essas tensões.

As redes contêm, necessariamente, relações de poder que não são fixas, mas flutuantes, sendo que o poder pende, como em uma balança, ora para um indivíduo ou grupo, ora para outro (ou outros), a depender das posições que crianças, adultos e idosos ocupam – se contam com mais ou menos acúmulos de poder; se estão em uma posição subalternizada, hierarquizada ou privilegiada, de maior poder decisório, prestígio, *status* etc – e das funções que essas pessoas exercem na configuração, como, por exemplo, de mãe, irmão, estudante, trabalhadora, amigo, membro de determinada igreja, partido político etc.

Para analisar uma determinada configuração, é imprescindível ter, ao mesmo tempo, um “olhar de nadador”, de quem está mergulhado na vida cotidiana, quanto “de aviador”, um olhar mais afastado, na longa duração (Elias, 1994). Juntos, esses dois olhares explicariam uma específica estrutura e caracterizariam a sociologia processual da teoria eliasiana. Sobre processos, o autor não esteve interessado na genealogia das opressões, estigmas e processos civilizadores e descivilizadores, mas, justamente, naqueles que vieram se desenvolvendo, na longa duração, para que essas opressões ocorressem, sendo, portanto, as configurações sociais sempre consideradas em movimento, mutáveis.

Contudo, por que essa sociologia processual tem se mostrado importante no estudo das crianças na cidade? O construto teórico-metodológico de Elias (1994) parece alertar para que não se tome a criança – o que ela fala e a forma como age –, de maneira isolada, mas, que se considerem os diferentes aspectos, os quais são tecidos juntos ao seu modo de viver (por exemplo, sua idade; cor/raça, gênero, situação econômica e familiar; se é filho(a) mais velho(a) ou mais novo(a); se a família estendida mora perto ou longe etc.). Por outro lado, também ajuda a que não se incorra em uma análise generalizante: “as crianças não usam a cidade” (Quais

crianças? Morando onde? Etc.); “o que as crianças querem para a cidade é...” (Querem as mesmas coisas?).

Uma análise como essa impulsiona a compreender as ações, posições e funções, além de mostrar em que direção a balança de poder está pendendo. O sentido eliasiano não é o de pesquisar, portanto, “a criança em seu contexto”, como se fossem dois polos separados (crianças e contexto) que, depois, se unem (ou um terceiro elemento resultante de A mais B)¹, mas, sim, o de entender justamente como a criança tece suas redes em meio às tensões existentes nas suas próprias redes, ou seja, psicogênese e sociogênese² são processos que acontecem juntos. A ideia, que parece simples, é, na verdade, bastante complexa e desafiadora, pois consiste no entendimento de como a criança “joga o jogo que está sendo jogado” mesmo antes de ela estar neste mundo.

Os elementos destacados a respeito do estudo das configurações sociais, ajudam a compreender o que será analisado. As crianças, selecionadas para a pesquisa, moravam em um conjunto de habitação popular, do programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal, formado por mil moradias e com pessoas vindas de mais de 20 diferentes regiões, situando-se quase na divisa da cidade de Curitiba com os municípios de Colombo e Almirante Tamandaré. Além disso, as crianças estudavam em uma escola bastante requisitada pelas famílias, por ser de período integral, e muitas delas tinham de percorrer mais de dois quilômetros a pé para chegar lá.

Em virtude de ter sido realizado com crianças, este estudo exigiu uma série de cuidados diferentes daqueles utilizados com adultos. A área da infância, hoje, aponta para a necessidade imperativa de os pesquisadores escutarem o que as próprias crianças têm a dizer sobre o assunto investigado. Assim, Sarmento (2008, p. 24), por exemplo, salienta que é preciso produzir uma “[...] ciência que busca o conhecimento dos factos sociais, através das e com as crianças”. Muller (2012, p. 298) também destaca: “As crianças apresentam preocupações, sugestões e medos, o que evidencia a necessidade de serem ouvidas e de participarem das discussões sobre a cidade em que vivem”. É nesse sentido que a área propõe o deslocamento da compreensão da criança como objeto da pesquisa para o de sujeito, por se entender, inclusive, que ela própria, junto ao pesquisador, pode contribuir no planejamento de como estudar sua forma de pensar o mundo social.

Assim, os dados empíricos da pesquisa qualitativa foram produzidos durante um ano, na maior parte das vezes aos sábados, analisando conversas realizadas com crianças no conjunto habitacional, no campinho de futebol em frente ao conjunto, e também nas visitas aos bairros onde se localizavam as antigas moradias. Esses locais foram fotografados e as observações registradas, e durante as visitas, dentro e ao redor do conjunto habitacional (aqui, por motivos éticos, chamado de Conjunto Habitacional Santa Cândida), as crianças mostraram os locais que mais frequentavam (comércios, igrejas, espaços utilizados para brincadeiras etc.) e relataram seus

¹ Análise detalhada em Ferreira (2023).

² Discussão aprofundada em Ferreira ([s.d.], no prelo) a partir de Elias (2010).

pensamentos sobre eles. Nas visitas de carro aos antigos bairros de moradia, com o acompanhamento dos seus familiares, lembravam do cotidiano vivido naqueles locais.

Quanto aos aspectos éticos vinculados à produção de dados – outro ponto imprescindível nas pesquisas com crianças –, os cuidados se relacionaram às seguintes etapas:

- 1) O projeto de pesquisa foi submetido à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Curitiba que, após análise, o autorizou;
- 2) O projeto foi apresentado à escola e, também, autorizado;
- 3) Deu-se início a uma pesquisa exploratória na escola a partir de um questionário entregue a crianças de 4º e 5º anos com o intuito de saber onde moravam;
- 4) Depois de verificar que muitas delas eram moradoras do Conjunto Habitacional Santa Cândida, entrou-se em contato com a síndica de um dos blocos do conjunto, que fez a mediação de uma das pesquisadoras com as famílias;
- 5) Após os responsáveis conhecerem a pesquisadora e os objetivos da pesquisa, concordaram que seus filhos participassem da investigação e assinaram um termo de consentimento; e
- 6) A pesquisa foi explicada para as próprias crianças, pedindo o consentimento delas e explicando que, se elas quisessem, poderiam parar de participar a qualquer momento, caso não se sentissem à vontade.

Participaram das conversas, assiduamente, 19 crianças e seis aceitaram visitar os bairros onde se localizavam as antigas moradias. Para este artigo, selecionaram-se duas por serem as que mais forneceram dados importantes para a discussão proposta, ou seja, configurações sociais com mobilidade residencial, com base em informações sobre a antiga moradia (o “lá”) e o reassentamento (o “aqui”). Assim, o “lá” e o “aqui” tornaram-se palavras impregnadas de emoções, cores, cheiros, lembranças poderosas, comparações críticas, análises densas na visão das crianças e esse “mergulho” em suas vidas será discutido na terceira parte do artigo. Antes, um olhar de “sobrevoo” analisará as relações históricas e político-econômicas do problema de moradia no Brasil e em Curitiba.

1 Pilotando tristes verdades: o problema de moradia no Brasil

Uma configuração como a que se pretende abordar aqui, torna necessário a análise da questão da moradia no Brasil. Mas, o quanto é preciso retroceder para melhor compreender a questão? Um dos momentos importantes parece ser quando a moradia passa de um bem social de direito de todos a um produto de consumo, na lógica de um capitalismo financeirizado (Rolnik, 2015).

Do final do século 19 e durante todo o 20, moldadas por um capitalismo galopante, com crescentes processos de urbanização e de industrialização, as cidades brasileiras não estabeleceram políticas públicas indenizatórias nem para descendentes indígenas, pelas terras tomadas (nos séculos anteriores e nos próximos), nem para a população negra, pelo vergonhoso processo de escravização encerrado somente no final do século 19. Ao invés de políticas reparatórias, habitacionais e de emprego para essa população “recém-liberta”, foram produzidas políticas repressivas de controle da mobilidade espacial, por exemplo, a Lei da Vadiagem (1890), a proibição de práticas religiosas e de lazer, como a capoeira, o batuque, o que Souza (2001) demonstrou ser uma tentativa de controle emocional e dos corpos negros, próprio do processo civilizatório³ ocorrido em países colonizados. Sem direito à terra, por gerações, os negros foram sendo, de modo geral, escorraçados das regiões valorizadas das cidades, primeiro para barracos, cortiços, depois para favelas e casas humildes, próximas dos grandes centros urbanos onde conseguiam trabalho e, posteriormente, para regiões cada vez mais distantes.

É no século 19 que passam a chegar imigrantes brancos europeus, como parte de um projeto de branqueamento da população (Jaccoud, 2008), tendo, inclusive, muitos deles, benesses na compra de terra (Campos, 2007). No entanto, uma parte desses imigrantes europeus estava fugindo de guerras, fome e governos fascistas, vieram com poucos recursos e também passaram a engrossar as filas dos cortiços, compondo as novas vilas operárias que surgiam, ou morando em lugares distantes. A eles, possivelmente, somavam-se portugueses e outros que aqui já habitavam, mas não tinham posses.

Assim, com base na sociologia processual, comentada anteriormente, vai ficando nítido como os séculos foram passando sem que se enfrentasse efetivamente a questão da moradia para a camada popular que se formava. Na lógica capitalista, contrária a essa ideia como um bem social de direito de todos, o objetivo era o de cada vez mais desapropriar as terras das pessoas pobres, despejar famílias sem condições de pagar aluguéis e eliminar os cortiços e favelas que “enfejavam” a bonita paisagem central das cidades. Enquanto outros países implantavam políticas de bem-estar social,⁴ – na Alemanha, no final do século 19; na Inglaterra, no começo do século 20; e nos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1930 – a questão da moradia foi pouco desenvolvida no Brasil.⁵ As terras que, de início, foram sendo passadas por doação do governo português (as sesmarias) aos colonizadores, chegam ao século 20 mantendo, muitas vezes, traços clientelistas e coronelistas na sua compra, venda ou distribuição.

³ Souza (2001) discute esse processo segundo Norbert Elias.

⁴ Um detalhamento da participação da classe trabalhadora nesses movimentos reivindicatórios de políticas de seguridade social e de bem-estar social nesses países e do porquê dessas políticas terem sido pouco desenvolvidas no Brasil pode ser visto em Gomes (2006).

⁵ Sobre as iniciativas governamentais da primeira metade do século 20, ver Bonduki (2017).

No século 20, os processos de industrialização e urbanização motivaram a maioria da população que estava no campo a se mudar para os grandes centros urbanos. Segundo Cabral (2023), de uma taxa de urbanização de 31% no início do século (1940), chega-se ao final dele com 81,2% (anos 2000) e ao início do século 21 com 84,4% (2010) (IBGE, 1940, 2000, 2010).⁶ Isso é grave, ao se considerar a quantidade enorme de pessoas que se dirigiam para as cidades e que não tiveram acesso à moradia em locais adequados:

é nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental. (Maricato, 2003, p. 154).

Assim, o século 20 termina com um índice altíssimo de famílias que se veem obrigadas à autoconstrução em locais distantes ou a ocuparem terrenos sem regulamentação. A legalização desses locais pode ocorrer ou não: “quando a localização de uma terra ocupada por favelas é valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe”, do contrário, caso não interfiram “nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado”, podem ser toleradas (Maricato, 2003, p. 159, 160).

Já no início do século 21, com uma configuração política mais a favor da classe trabalhadora, o governo federal procurou enfrentar o problema, em 2009, criando o programa Minha Casa, Minha Vida, que objetivou facilitar a conquista da casa própria pelas famílias de baixa renda. Entretanto, esse programa foi tensionado pelo capitalismo financeirizado do período que torna a habitação uma posse imobiliária, “uma das mais novas e poderosas fronteiras de expansão do capital financeiro” (Rolnik, 2015, p. 13). Assim, o programa se desenvolveu de diferentes formas em cada cidade, como foi o caso de Curitiba, que se verá a seguir.

2 Voando um pouco mais baixo: a moradia em Curitiba

A história e o reconhecimento da vocação de Curitiba por realizar um bom planejamento urbano tem início em meados do século 20; contudo, é na década de 1960 que se desenvolveu um plano diretor e criou-se o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (Ippuc). Desde então, a cidade passou a ser reconhecida nacional e internacionalmente como modelo de soluções urbanas. Tal visibilidade também é fruto de um intenso trabalho midiático e de espetacularização que veio transformando Curitiba em uma “cidade-vitrine” para atrair turismo e investimentos (Sanchez, 2001). A força desse projeto foi tanta que Oliveira (2000) questionou esse estatuto de “cidade modelo”, argumentando ser um mito. Já Ferreira (2008) demonstra como diferentes grupos, advindos de diversos campos, inclusive, o da educação, ajudaram na produção ativa desse projeto de cidade, transformando

⁶ Pelas primeiras análises do Censo 2022 – que passa a contar com uma nova tipologia –, houve aumento de 9,2 milhões de pessoas vivendo em concentrações urbanas, em comparação com 2010 (Cabral, 2023).

Curitiba da virada do século em uma verdadeira “cidade modelar”. A autora analisa, por exemplo, como os materiais curriculares oficiais da rede municipal de Curitiba, que chegavam à escola naquele período, procuravam moldar uma determinada concepção de cidade que levava as crianças a um apolitismo, pois as desigualdades sociais e raciais eram invisibilizadas ou pouco discutidas.

Alguns pesquisadores demonstraram o quanto a classificação desigual dos espaços da cidade ocorria desde os primeiros planejamentos na década de 1960. Souza (2001) analisa como os idealizadores do plano preliminar de urbanismo de 1966, partindo do pressuposto de que as classes populares (principalmente os moradores de bairros do sul) habitavam espaços considerados “inorgânicos” (locais com pouca densidade demográfica e com menor infraestrutura), propuseram eixos estruturais de transporte que foram colocados em locais estratégicos da cidade, criando assim um distanciamento seguro entre esses – os “carentes” – e os que residiam na parte integrada e “orgânica” da cidade. Carvalho e Sugai (2014) verificam de que maneira a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab-CT), criada em 1965, e tendo como uma das suas frentes resolver o problema habitacional para a população com menor poder aquisitivo, repetiu, à época, esse mesmo padrão, localizando seus empreendimentos mais ao sul (a sudeste e a sudoeste) e colocando essas pessoas “no meio do nada”, em uma área “desconexa da cidade”. Albuquerque (2007) chama a atenção para o fato de que, nesse mesmo período, com o objetivo de “desfavelizar” a cidade, muitas famílias foram removidas de locais valorizados e assentadas em áreas consideradas “mais adequadas ao seu padrão socioeconômico” (Ippuc, 1976, *apud* Albuquerque, 2007, p. 114), ou seja, distantes de locais ocupados predominantemente pelas camadas com maior poder aquisitivo.

Desse modo, passou a existir na cidade, ao longo do tempo, uma segregação socioespacial que já é histórica. Observa-se um contraste entre bairros: na parte central e norte da cidade, uma maior porcentagem de moradores com melhores poder aquisitivo, nível de escolaridade e expectativa de vida, e com um alto índice de moradores brancos; e nos bairros mais ao sul, sudeste e sudoeste (no início do século 21, principalmente no extremo sul), uma maior porcentagem de moradores com menores poder aquisitivo, nível de escolaridade e expectativa de vida, e com um alto índice de moradores negros, em comparação com os índices norte-centrais. No sudeste, sudoeste e extremo sul, há sempre menos espaços consolidados de lazer e cultura ou, quando existem, não estão bem equipados (Ferreira; Ferreira, 2020). Isso demonstra que a desigualdade, no caso de Curitiba, desenha-se a partir da oposição centro-periferia e, embora haja diferenças no interior de cada bairro, quando se cruzam os interbairros com os intrabairros, a desigualdade no sul e extremo sul da cidade é ainda maior (Ferreira; Fernandes, 2023).

Essa tensão norte-sul também ocorreu com a demarcação do Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS), concentrado no sul da cidade e, mais recentemente, com a construção de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida. Em Curitiba, as 4.300 unidades construídas para famílias com rendimento mensal de até três salários mínimos (faixa 1) localizam-se em bairros distantes do centro, sendo 74% delas reunidas nos bairros mais pobres do extremo sul da cidade

(Carvalho; Sugai, 2014). Nessas regiões, encontram-se muitas ocupações consideradas irregulares, uma das últimas opções de quem está sem emprego, sem condições financeiras e, portanto, sem acesso à casa.

Embora seja na região sul e extremo sul de Curitiba que mais se encontram os conjuntos habitacionais produzidos em virtude do programa Minha Casa, Minha Vida, muitos deles também se encontram nas bordas da cidade, e, no caso da pesquisa relatada, na borda norte, na divisa com os municípios de Colombo e Almirante Tamandaré, conforme mencionado. Assim, em 2014, no bairro Santa Cândida foram construídos 11 conjuntos de habitação popular e um deles será apresentado pelo olhar de duas crianças da pesquisa.

3 O olhar do nadador: o que as crianças pensam sobre isso?

Um mergulho na vida de Laura e Emili permitirá analisar elementos de suas configurações sociais sob o ponto de vista do olhar de nadador (Elias, 1994), ou seja, do cotidiano, considerando os lugares em que viviam (o “lá”) e os lugares em que passaram a viver após o processo de reassentamento (o “aqui”). Portanto, nessas duas histórias, é preciso estar atento ao modo como as crianças operam em uma configuração de moradia popular que tem “jogado o jogo” do capital, da gentrificação, da valorização imobiliária, da negação de direitos para a infância. Que acúmulos de poder estão em jogo na balança entre crianças e pessoas adultas com as quais convivem? Entre crianças e espaços de moradia? Que funções e posições exercem nessa configuração? Quais relações interdependentes mantêm?

55

3.1 Laura

Laura, menina branca, com 12 anos de idade no início da pesquisa, morava no Conjunto Habitacional Santa Cândida há quatro anos com a mãe, o padrasto, os dois irmãos e a irmã. Essa irmã mais velha tinha tido um bebê e, após desentendimento com o pai da criança, foi morar no Tatuquara (no extremo sul) com a avó, deixando a criança sob os cuidados da sua mãe e, também, de Laura.

Anteriormente, Laura já tinha morado em três diferentes casas no bairro Pinheirinho, ao sul, e, embora todas elas tenham sido compradas, a família nunca obteve suas escrituras porque se situavam em áreas de ocupação. Na última casa, após forte enchente, a família precisou sair e a casa foi demolida pela prefeitura por estar em local considerado de risco. Na época, a mãe da menina foi orientada a fazer cadastro na Cohab e, alguns meses depois, a família foi reassentada no Conjunto Habitacional Santa Cândida, no extremo norte da cidade, longe 35 quilômetros de outros familiares que também foram reassentados, mas, esses, no extremo sul.

Na visita ao Pinheirinho, o primeiro lugar que Laura quis apresentar foi a escola onde havia estudado e, olhando por cima do muro, mostrou os restos de construção de casas que ainda estavam ali: “era a casa da minha vó, a casa do senhor João (...), daí tem a casa da minha prima, só que... daí, a casa da minha vizinha, só que já foram tudo destruído”. E apontou: “Lá ficava a minha casa (...) porque aqui

já era minha casa, e aqui eu já brincava aqui na frente, ali, aquele lugar eu não gostava muito, porque a prefeitura podia tirar os *mato* e fazer uma coisa melhor pras criança (...)” (Fonseca, 2019, p. 90, 91). Contou, também, que pulava o muro da creche ao lado da escola, nos finais de semana, para brincar no parquinho.

Laura viu nessa visita o forte processo de gentrificação que estava ocorrendo no bairro, com novos prédios e casas que não existiam na época em que morava ali. A gentrificação, de maneira usual, pode ser compreendida como a entrada no bairro de moradores com maior renda, impulsionados pelo sistema imobiliário (muitas vezes em acordo com os governos) e estimulando a elevação dos preços de aluguéis e de produtos do comércio. Esse movimento empurra os moradores mais pobres para longe, no bairro ou para fora dele. Um pouco desse processo pode ser visto nas Figuras 1, 2 e 3.



Figura 1 – Vista da rua na parte ainda não asfaltada, mas já sem a casa de Laura



Figura 2 – Parte da rua em processo de asfaltamento



Figura 3 – Parte da rua já asfaltada, com condomínios e casas de classe média

Fonte: Fonseca (2019, p. 92).

Fonte: Fonseca (2019, p. 92).

Fonte: Fonseca (2019, p. 92).

No caso da família de Laura, o argumento utilizado para justificar a saída dali foi porque a área era de risco (pelas enchentes), o que não parece mais ser um problema para as pessoas de classe média que passaram a ocupar prédios, casas e sobrados na região. A respeito disso, a própria Laura conjectura: “era cheio de terra, alagava tudo aqui ó, daí acho que eles fizeram aquele morro pra água daqui não passar pra lá, que daí passava tudo, daí alagava tudo, principalmente a minha casa, né?” (Fonseca, 2019, p. 93). Assim, se não foram resolvidos esses problemas quando Laura morava lá, é porque não houve interesse. Tanto o sistema imobiliário quanto o governo jogam a favor da gentrificação e o custo disso tudo é pago pela infância de Laura e dos irmãos que, estando em posição de desvantagem, precisaram mudar de casa pela sexta vez em um período de vida tão importante.

Outro problema relatado por Laura para a mudança de bairro, além das enchentes, foi a violência: “Não queria mais morar em favela, que era muito tiro pra lá e pra cá, daí minha mãe tinha medo de pegar bala perdida na gente, tinha muita briga pra cá” (Fonseca, 2019, p. 93). Já o irmão mais velho, que foi junto na visita, divergiu da opinião da irmã, considerando que onde estão morando, atualmente, é

mais perigoso, pois, como foram reassentadas no conjunto habitacional pessoas vindas de diferentes bairros da cidade, também se mudaram pessoas relacionadas ao tráfico de drogas, de diferentes facções, e há, então, lutas constantes entre elas por demarcação de territórios. Esses dados tanto do “lá” quanto do “aqui” demonstram que o problema da violência apenas foi transferido para as bordas da cidade, para tornar o local gentrificado “mais seguro”.

Na visita, Laura mostrou um projeto para crianças, sem cobrança de mensalidade, e contou que insistiu muito com a mãe para poder participar dele, argumentando que queria aprender coisas novas: “eu amava, amava esse projeto”. Mostrou, ainda, outro local onde fazia aulas de dança e a panificadora que frequentava, porque era amiga da filha da proprietária: “Daí (...) *nós comia* doce, daí *nós ia pra* escola juntas, era muito legal” (Fonseca, 2019, p. 93). Disse que brincava de futebol, basquete, bicicleta e *roller* na rua sem saída; brincava de “casinha”, “lojinha” e “mercadinho” em um terreno baldio e em uma valeta.

Dando continuidade, foram visitar, bem longe dali, outro bairro onde Laura e o irmão tinham morado por pouco tempo, o Tatuquara, mesmo local em que foi reassentada parte da família (avó, tios, primos e vizinhos), depois de terem saído do Pinheirinho. Nesse bairro, Laura e a família moraram de aluguel em duas casas. Em uma delas, contou que gostava de brincar na rua em frente à casa, pois naquela época não havia asfalto; já na outra, só podia brincar dentro do terreno.

Em determinado dia, voltando ao conjunto habitacional, Laura explicou sobre como aconteceu a mudança de bairro: “Minha vó tá morando lá no Tatuquara, daí não tinha casa lá pro Tatuquara, daí minha mãe fez o cadastro pra vir pra cá, daí a Cohab acabou tirando a casa, destruindo a casa *aonde* que *nós morava*, passando *nós pra cá*”. Também comentou sobre o impacto de quando chegou ao Santa Cândida: “Daí até... eu até *se* entristeci... aí, até fiquei triste, daí quando eu vi um monte de criança, assim, daí eu falei que eu ia *se* adaptar aqui” (Fonseca, 2019, p. 86).

Em outro momento, ao destacar os espaços de que mais gostava no conjunto, Laura mostrou o pequeno parquinho infantil: “Vem eu e a Emili, daí ela traz o sobrinho dela e eu trago a minha sobrinha (...) daí a gente brinca um pouco também” (Fonseca, 2019, p. 87). Na pesquisa, nenhum menino foi visto cumprindo essa função de cuidado. Assim, essas conexões interdependentes de Laura se relacionam com as questões de gênero, reforçando o que muitos estudos vêm apontando quanto às diferenças no uso do bairro entre meninas e meninos. Quer seja no tipo de apropriação do bairro ou ficando mais em casa do que eles, são as meninas quem mais tem a função de ajudar nos cuidados da casa, dos familiares, e ainda quem mais vai a locais próximos de casa e relacionados ao cuidado com o outro (farmácia, padaria etc.) (Ferreira; Fiorese, 2021).

Laura também frequentava o campinho de futebol, que ficava do lado de fora do conjunto. Esse campinho foi feito tanto com a ajuda da associação de moradores que doou a areia, quanto das próprias crianças que a carregaram e espalharam. A construção desse espaço pode ter sido uma estratégia dos adultos e talvez da própria síndica do prédio, pois ela, com frequência, atribuía multas aos pais das crianças que, ao brincarem no condomínio, quebravam vidraças ou arranhavam algum carro.

Esse fato não deixa de explicitar para que lado pende a balança de poder, na relação entre adultos e crianças, demonstrando as escolhas dos adultos: manter próximos e seguros os bens materiais (conquistados a duras penas, é verdade), apesar de afastarem as crianças para fora do conjunto.



Figura 4 – Parquinho no condomínio

Fonte: Fonseca (2019, p. 87).



Figura 5 – Campinho de futebol e igreja fora do conjunto habitacional

Fonte: Fonseca (2019, p. 88).

58

Ao lado do campinho de futebol, existia uma igreja (Figura 5), frequentada por Laura em alguns dias da semana (lá gostava de cantar e de participar da escolinha). A menina falou dos cultos que aconteciam no próprio conjunto habitacional, realizados pelo pastor de uma igreja com sede em outro bairro, e também das vezes em que o pastor levava as crianças a essa igreja da vizinhança: “Tem o pastor que faz a igreja ali, todas as quintas, no salão de festas, daí ele vem buscar [de Kombi] todas as segundas, terças, daí a gente vai” (Fonseca, 2019, p. 88).

No bairro, Laura contou que ia a pé a dois mercados (o mais próximo ficava a dois quilômetros) e que de vez em quando também ia ao Parque Bacacheri (a sete quilômetros). Fora do bairro, visitava as casas da avó materna e de parentes no outro lado da cidade (a 35 quilômetros). Esses longos deslocamentos só comprovam o quanto o bairro não tinha sido equipado para a chegada dessas mil famílias e que a mobilidade espacial é extremamente difícil para elas.

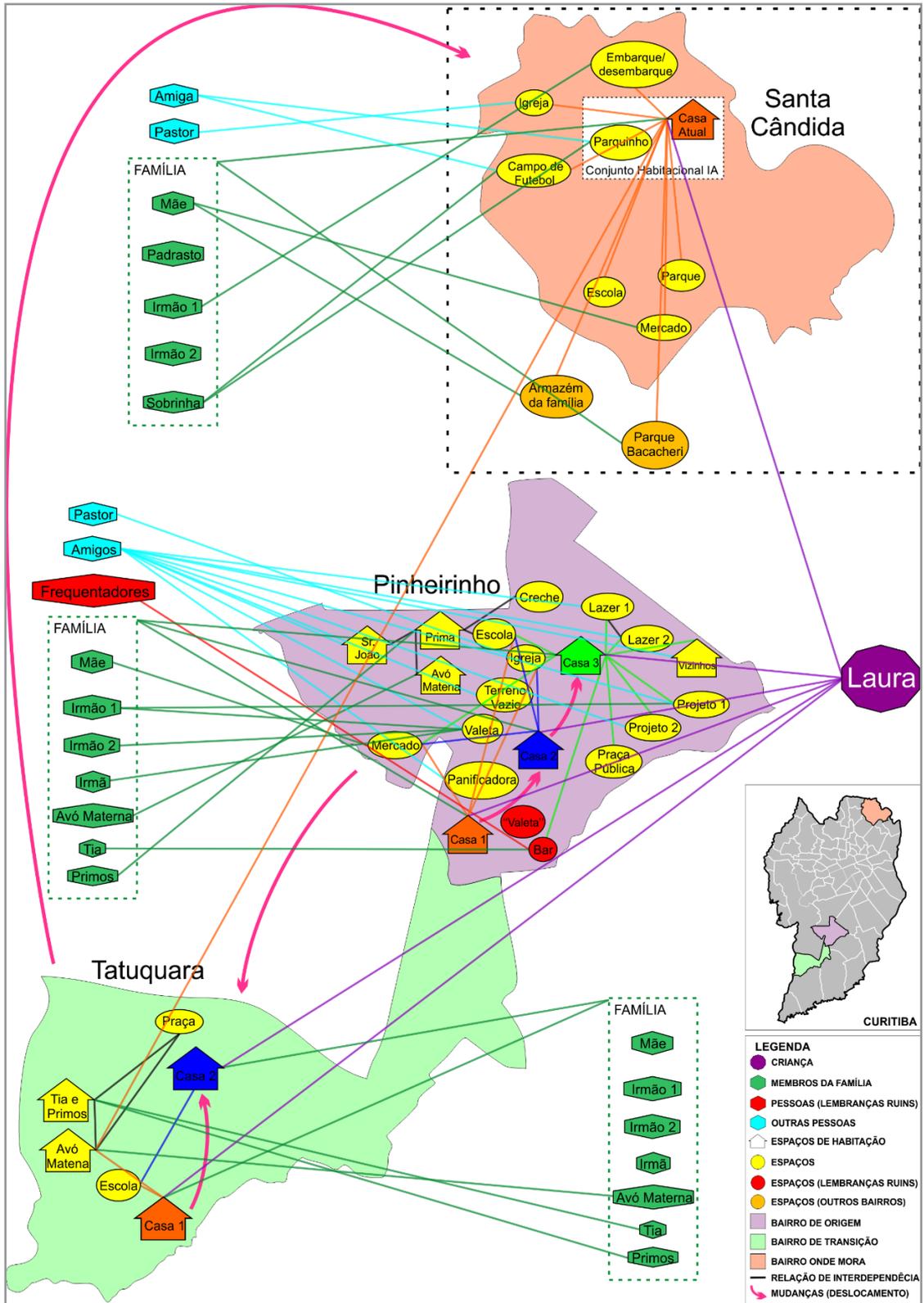


Figura 6 – Síntese dos espaços frequentados e relações sociais de Laura

Fonte: Fonseca (2019, p. 100). Elaboração: Daniel Basilio (2019).

3.2 *Emili*

Emili, menina negra, com 10 anos de idade no momento da pesquisa, nasceu e morou em uma comunidade, no bairro Parolin, até que ela e a família (mãe, pai e irmão mais velho) foram reassentadas no Conjunto Habitacional Santa Cândida, em 2014. A mãe de Emili faleceu meses depois do reassentamento. Como a menina tinha uma irmã mais velha que se mudou para o mesmo conjunto e que tinha acabado de ter bebês gêmeas, Emili passou a morar com a irmã para ajudá-la no cuidado tanto das recém-nascidas quanto do outro filho de 4 anos.

Em relação à mudança para o conjunto, Emili explica que foi pelo fato de ter sido mordida por um rato enquanto dormia. A irmã de Emili acrescenta que, embora a mãe tenha feito o cadastro há mais de dez anos na Cohab, foi só depois do ocorrido que conseguiram um apartamento no conjunto.

A visita feita ao antigo bairro, o Parolin, foi com Emili, sua irmã mais velha e as bebês. Como no dia anterior havia chovido muito, a cena era desoladora. Em todo lugar, as pessoas estavam colocando móveis para fora de casa para serem levados, pois ficaram completamente danificados pela chuva. A irmã de Emili comentou que, em dias assim, junto com o aumento do fluxo de água e do lixo, apareciam os ratos. Relatou que, na casa, ela e o irmão mais velho dormiam em um beliche, mas que os pais e a Emili dormiam no chão, por isso, tanto Emili quanto o pai foram mordidos.

Andando pelos arredores, Emili encontrou um tio que explicou sobre a demora na finalização da avenida e que o problema das enchentes tinha relação com as obras no “valetão”. Ele comentou que muitas famílias tinham sido retiradas dali (para locais mais distantes) e, segundo ele, um político “sem-vergonha” disse aos moradores que, se ganhasse a eleição, as famílias poderiam voltar a morar ali (Fonseca, 2019, p. 143). Esse fato, além de tornar óbvio que o político manipulava grandes gradientes de poder a seu favor, também demonstra que, muitas vezes, retiradas de forma forçada, as famílias acabam retornando ao local da antiga moradia, pois os bairros ainda são mais bem equipados do que aqueles em que elas passaram a residir, e contam com uma tessitura de relações já construídas a partir de uma rede familiar e de vizinhança com laços solidários.

A explicação do tio torna nítido novamente qual é o “jogo que a cidade está jogando”, pois, por mais que a situação da mordida do rato tenha agilizado o processo, a retirada das famílias daquele espaço, na verdade, estava sendo motivada pelo sistema de valorização imobiliária do local. Por se tratar de uma favela antiga relativamente próxima de espaços centrais, há o interesse de remover, pouco a pouco, pessoas dali. As obras de infraestrutura, como as avenidas que dão acesso ao centro, procuram acentuar essa necessidade.

Passeando pela rua em que havia morado, Emili apontou um terreno onde ela e o irmão pegavam caqui e mencionou as casas de amigos que foram reassentados em outro lugar. Contou que gostava de brincar “de mãe-se-esconde, mãe-cola, mãe-pega, é... a cola-no-sapato” (Fonseca, 2019, p. 139). Essa rua acabava em outra, sendo ampla e asfaltada, que possuía comércios, “postinho de saúde” – lá tomava vacinas e ia ao dentista – e panificadora – “a gente vinha comprar uma coxinha, um salgadinho” (Fonseca, 2019, p. 142). Mas a escola onde tinha estudado ficava longe dali.

Sobre o antigo bairro de moradia, o Parolin, a menina comentou: “Não é perigoso, mas tem algumas pessoas que chegam, que moram aqui ou vêm visitar, acham perigoso, porque também tem bastante tiroteio por aqui” (Fonseca, 2019, p. 137). Em relação a outros espaços fora do bairro, a irmã disse que conheciam vários, pois trabalhavam com o pai:

Na verdade, com meu pai, catar papel, eu ia desde novinha, desde os... nossa, como eu nasci aqui, eu acho que desde os meus cinco anos o meu pai já me levava pra rua pra catar papel. A Emili era bebezinha, aí ia eu, o meu irmão, que era maiorzinho, que já andava... Meu irmão tinha sete anos, e a Emili, ela tinha uns dois aninhos mais ou menos, um ano e pouquinho. (Fonseca, 2019, p. 145).

De volta ao conjunto habitacional, em outro dia, foi a vez de visitar os arredores. Já de início, Emili falou sobre a necessidade de fazer uma visita rápida, pois precisava cuidar do sobrinho e das sobrinhas gêmeas. Indicou um terreno particular ao lado do campinho de futebol, aonde ia escondida, com suas amigas, para brincar. Sobre os espaços existentes no conjunto, mostrou o parquinho, avaliando que tinha poucos brinquedos e disse que levava o sobrinho maior para brincar, aproveitando para fazer o mesmo. Tal tática – a mesma de Laura – demonstra a tentativa das meninas de esticar um pouco mais o tempo de uma infância tão cheia de tarefas e compromissos, e que há uma parceria, uma cumplicidade entre elas para a manutenção desse tempo.

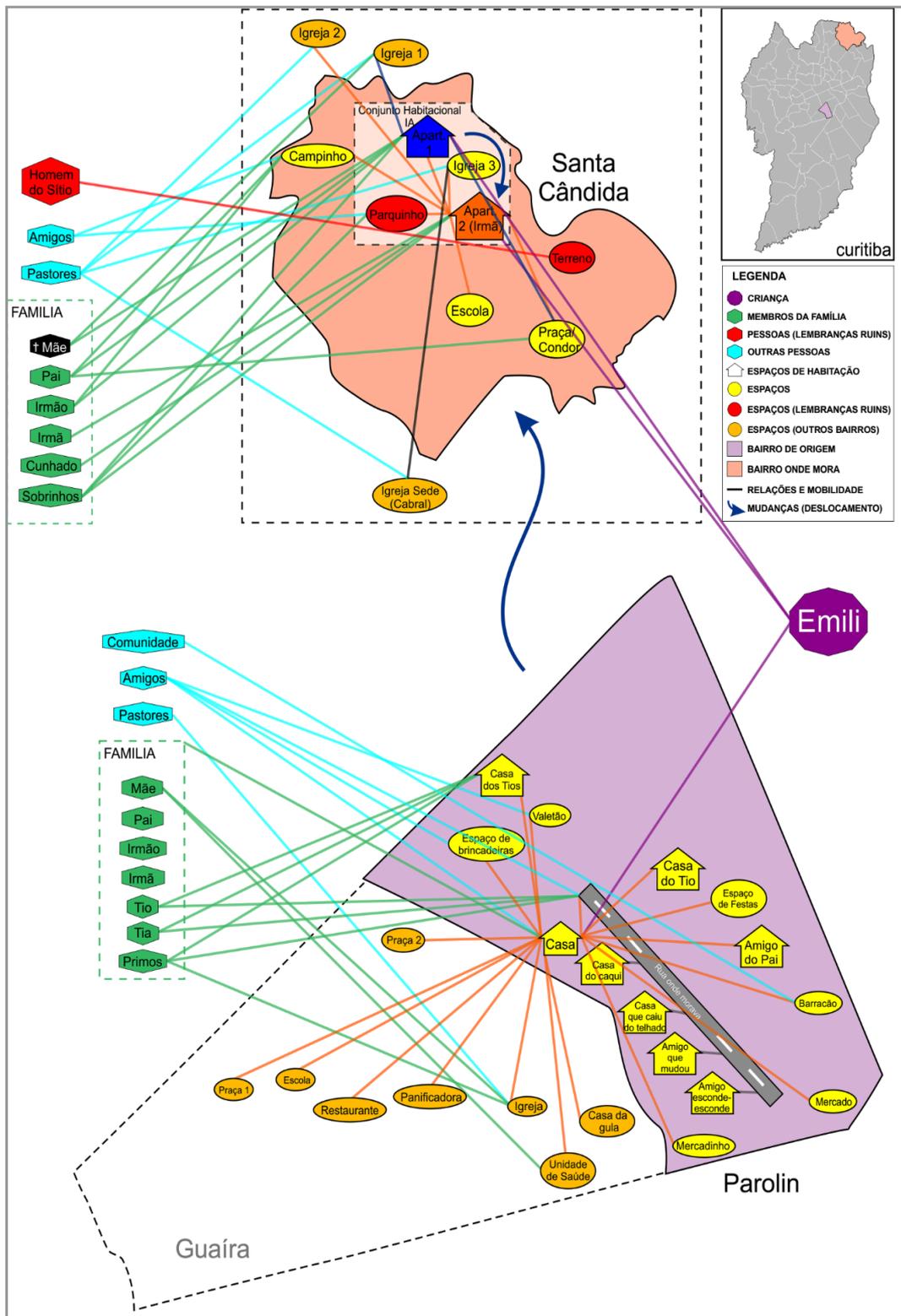
Emili frequentava duas igrejas, uma católica e uma protestante (Assembleia de Deus), ambas na divisa com outro município. Para chegar a uma delas, passava a pé, sozinha, por uma trilha de mato e uma pequena ponte, considerando que o trajeto não era perigoso, pois as “pessoas do comando” protegiam as crianças (Fonseca, 2019, p. 132).



Figura 6 – Rua onde ficava a antiga moradia

Fonte: Fonseca (2019, p. 138)

Perguntada sobre o que achava do local onde morava atualmente, a menina respondeu que considerava “mais ou menos perigoso” porque ela e o sobrinho já haviam presenciado “gente matando gente” quando saíram para comprar pão no “mercadinho”, mas que na antiga comunidade “tinha mais bandido, mais gente do comando” (Fonseca, 2019, p. 134).



Considerações finais

As configurações vividas por Laura e Emili, em primeiro lugar, ampliam a ideia de moradia, demonstrando que não é o caso de se pensar somente na casa, mas, sim, na teia que a envolve – a relação com a rua, os arredores, o bairro e as pessoas com as quais se convive. Nesse sentido, para as meninas, terem morado nas casas e nos bairros anteriores havia produzido laços sociais e territoriais potentes, que no atual bairro estavam apenas começando a ser traçados, ou melhor, retraçados, pois, incansavelmente, as crianças precisaram desfazer laços e fazer novos. Na tessitura entre a sociogênese ligada aos lugares excludentes e hierarquizados e a psicogênese das crianças, a aprendizagem foi a de um eterno refazer. Refazer afetos, amizades, aprender novas regras, descobrir outros espaços seguros ou perigosos, em síntese, aprender a continuar vivendo, novamente, em regiões ainda mais periféricas. Observa-se que essas mudanças sistemáticas afetam a saúde, a qualidade de vida, a frequência e o sucesso escolar. Talvez por isso, a cada novo lugar, as meninas fossem criando táticas e negociações com os pais para participarem de novos projetos e aprenderem mais, nem que fosse na escolinha da igreja, no projeto que está sempre em vias de fechar, ou insistindo em fazer um novo passeio.

Outro dado importante é que as grandes cidades estão, de modo geral, sendo enormes gentrificadoras, empurrando as pessoas mais pobres, gradativamente, para fora de seus limites ou, ao menos, para as suas bordas ou para os lugares não tão atrativos. Bairros, ou determinados espaços deles, em que o poder público e o sistema imobiliário mantêm alianças para realizar uma “revitalização”, passam a operar no sentido da retirada dos indesejáveis. Assim, locais que eram considerados irregulares e de risco podem se transformar, rapidamente, em uma área próspera. No que diz respeito aos problemas relacionados ao tráfego, à insegurança, ao desemprego que lá existiam, são só deslocados para longe, transferidos como uma carga a ser carregada pelas pessoas que, nesse jogo, contam com menos poder.

Na comparação entre as antigas moradias e as atuais, como no caso das meninas, as famílias deslocadas vão para locais, em geral, piores: muito mais longe e com pouca infraestrutura, menos instituições e transporte. Basta lembrar que, passados quase dez anos da inauguração do Conjunto Residencial Santa Cândida, a região ainda não contava com creches e escolas públicas próximas, conforme prometido aos moradores, evidenciando que os espaços não foram pensados antecipadamente para a chegada das famílias nem para a enorme quantidade de crianças que ali passariam a morar. Isso demonstra que o tempo das políticas públicas parece correr em um outro ritmo: “daqui a pouco” a região se urbaniza, o transporte chega, as instituições serão inauguradas. Porém, o tempo das crianças segue um outro ritmo e o “daqui a pouco” significa, para elas, já terem crescido, vivido toda a sua infância sem seus direitos sociais e culturais preservados.

No tocante às funções e às posições das crianças nessa configuração, destacam-se as questões de gênero. São as meninas que estão em uma posição desprivilegiada. Elas têm a função de cuidar das crianças menores, possuem menos tempo para

brincar, pendendo a balança do poder menos favoravelmente para elas do que para os meninos. Além disso, no seu cotidiano, perpassam figuras adultas e masculinas com forte poder (pastor, padre, vereador, líder da associação, traficante). Em contrapartida, figuras fortes como as da avó, bisavó, irmã, professora, desestabilizam a balança masculina de poder, construindo nas meninas identidades empoderadas para o enfrentamento dos problemas que vão surgindo.

Quanto ao território, quando interseccionado com desigualdades de raça, classe e gênero, aumentam de maneira significativa as posições hierarquizadas dessas crianças e famílias nas tramas da cidade, como foi especialmente o caso de Emili.

Por último, destaca-se que as brincadeiras apareceram como um grande movimento autônomo das crianças. Tanto “aqui” como “lá”, eram criativas e potentes, apesar de as crianças lidarem com espaços nem sempre apropriados para a infância. Se, por um lado, parecem ser felizes nesses momentos, por outro, ressalta-se a ausência de políticas públicas que desenvolvam espaços próprios e seguros para elas.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. F. *A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

CABRAL, U. *De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões: Censo 2022*. [Rio de Janeiro]: Agência IBGE Notícias, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 30 ago. 2023.

CAMPOS, A. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, A. S.; SUGAI, M. I. Vivendo às margens de Curitiba: a segregação socioespacial sob o enfoque das políticas e práticas habitacionais na “cidade modelo”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anparq, 2014. p. 1-17.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *Au-delà de Freud: sociologie, psychologie, psychanalyse*. Paris: La Découverte, 2010.

FERREIRA, V. M. R. *Tecendo uma cidade modelar: relações entre currículo, educação escolar e projeto da cidade de Curitiba na década de 90*. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, V. M. R. Um passo para trás para ver melhor a cidade: uma análise configuracional de crianças em Curitiba. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 23, p. 1-11, 2023.

FERREIRA, V. M. R. *The contribution of the theoretical-methodological framework of Norbert Elias to the sociology of childhood: some tensions and research experiences*. [S.l.: s.d.]. No prelo.

FERREIRA, V. M. R.; FERNANDES, S. M. Infância e justiça espacial: desigualdades inter e intrabairros no uso da cidade por crianças da rede municipal de ensino de Curitiba. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, e 32985, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/39285/39223>. Acesso em: 30 ago. 2023.

FERREIRA, V. M. R.; FERREIRA, S. P. Configurações da infância na cidade: desigualdade interbairros e nos usos dos tempos e espaços por crianças curitibanas. *Reveduc: Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, SP, v. 14, p. 1-19, 2020.

FERREIRA, V. M. R.; FIORESE, S. “Elas ficam meio injustiçadas”: infância, gênero e desigualdade em bairros de Curitiba. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, v. 24, n. 44, p. 230-258, set./dez. 2021.

FONSECA, A. R. M. *Infâncias aqui e lá: configurações sociais de crianças reassentadas na periferia de Curitiba*. 188 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GOMES, F. G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-236, mar./abr. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 30 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*, 2000. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: Ipea, 2008. p. 45-64.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-167, ago. 2003.

MULLER, F. Infância e cidade: Porto Alegre através das lentes das crianças. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 295-318, jan./abr. 2012.

OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁNCHEZ, F. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, H. (Org.) *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 155-175.

SARMENTO, M. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M.; GOUVEA, M. C. S. (Org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 17-39.

66

SOUZA, E. F. *Entre o fogo e o vento: as práticas de batuques e o controle das emoções*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

SOUZA, N. R. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, p. 107-122, jun. 2001.

Avelaine do Rocio Mielniczki Fonseca, doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social na Educação, é pedagoga da

rede municipal de ensino de Curitiba. Faz parte do grupo de estudos sobre Território, Educação e Cidade (Teci).

avelainefonseca@gmail.com

Valéria Milena Rohrich Ferreira, doutora em Educação: História Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pós-doutorado na Université Lumière Lyon 2, França, no Centre Max Weber (équipe: Modes, Espaces et Processus de Socialisation), é professora titular do Departamento de Planejamento de Administração Escolar (Deplae) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. É coordenadora do grupo de pesquisa Observatório de Culturas e Processos Políticos-Pedagógicos (Occup) e do grupo de estudos sobre Território, Educação e Cidade (Teci).

valeriarohrich@gmail.com

Recebido em 30 de março de 2023

Aprovado em 6 de setembro de 2023